CLIO E SEUS ARTÍFICES: REPENSANDO O FAZER HISTÓRICO

Astor Antônio Diehl[1]

Resumo: Objetiva-se compreender os desdobramentos do momento de superação (constituição e dissolução do topus moderno) da fase de críticas lineares aos princípios e à historiografia moderna e contemporânea. O momento parece ser de posturas dialógicas, percebidas a partir da constante busca de significados das representações historiográficas e, sobretudo, dos sentidos pedagógicos do conhecimento histórico no momento presente. Esta postura implica necessariamente em inventariarmos os limites e as possibilidades do conhecimento a partir de três perspectivas interligadas: a teórica, a metodológica e a historiográfica.
Palavras-chave: história, historiografia contemporânea, teorias da história; metodologia da história.

Abstract: The aim of the article is the understanding of the unfoldments of the overcoming moment (constitution and dissolution of the modern topus) of the phase of the linear criticism to the principles and to the modern and contemporary historiography. It seems to be the time for dialogic postures, perceived from the constant search for meanings of the historiographic representations and, most of all, of the pedagogic meanings of the historical knowledge in the present moment. This posture necessarily implies the recognition of the limits and possibilities of knowledge from three interconnected perspectives: the theoretical, the methodological and the historiographic.
Key-words: history, contemporary historiography, theories of history, methodology of history.

Apresentação do tema

> Tenho muito medo de um movimento intelectual se transformar num slogan, pois há sempre o perigo de autocomplacência intelectual, ou seja, de se acreditar que se está no único caminho correto, verdadeiro.
> Carlo Ginzburg

Todos nós, de uma ou outra forma, já nos sentimos desafiados e, porque não dizer, vacinados pelo enigma do momento histórico em que vivemos. É um momento de profundas complexidades como qualquer outro momento, porém com a diferença de que agora expe-

[1] Professor do Curso de História e do Mestrado em Educação da Universidade de Passo Fundo (RS). E-mail: cph@upf.br

rimentados o tempo presente com todas as suas temporalidades, com suas rupturas e permanências, com suas linguagens e representações. É uma experiência multifacetada e coberta pelo nevoeiro da subjetividade. Tudo parece escorregar entre os dedos da mão como areia seca do deserto ou a se desmanchar no ar, como diria Berman (1986) em sua obra. A fluidez e a leveza são características circunstanciadas de um momento de saturação cultural que poderíamos denominar de Spätzeit – modernidade tardia.[2]

No momento em que vivemos a exaltação das experiências culturais, em termos das disciplinas sociais, discutir sobre cultura e conflitos sociais na historiografia contemporânea pode parecer mera redundância acadêmica ou mesmo sinônimo de querer revisitar uma constelação de elementos formadores que já estariam consolidados no debate.

Por outro lado, o debate em torno dos fenômenos culturais e os conflitos na disciplina histórica sempre me pareceram indigestos, especialmente, neste momento em que a chamada história cultural parece estar em alta. Não precisamos mais caracterizar os inúmeros fatores e perspectivas que dariam à história cultural os seus devidos subsídios de certa plausibilidade nos mais diversos níveis. Porém, o avanço historiográfico destas tendências propiciou seguramente a fragilidade de certezas dos conhecimentos que até então não figuravam na pauta das discussões.[3]

Sem dúvida, os avanços e a receptividade entre os historiadores dos métodos hermenêuticos e fenomenológicos geraram, num primeiro momento, certo mal estar, especialmente, naqueles que tomavam os quadros teóricos modernos, provenientes do iluminismo civilizador, como aqueles nos quais seria possível depositar confiança quanto as suas capacidades explicativas e de redenção do homem e da sociedade no futuro.

Não podemos esquecer o fato que tais teorizações e postura totalizadoras tiveram a função, entre tantas outras, de fazer morrer em nós a natureza humana. Eram arcabouços analíticos de luta contra o caos, contra a violência de um estado natural. Neste caso, a cultura tivera a função principal de organizar, de classificar, de definir e a

[2] Este conceito foi discutido por Walter Moser (cf. MIRANDA, 1999, p. 33-54).

[3] Vários destes conceitos podem ser relidos a partir da obra recente de REIS (2003).

ciência, em seu turno, buscava exorcizar os temores da natureza, de reconciliar o homem com o seu destino e, sobretudo, compensá-lo pelo sofrimento e pelas privações.

Com certeza a crítica contemporânea à epistemologia racionalista e a crítica às grandes narrativas legitimadoras,[4] a crítica aos processos de modernização e, especialmente, a crítica à idéia de progresso que assistimos brotar em todos os recantos das ciências humanas e, particularmente, na ciência histórica, não nos deve cegar frente ao fato de que a idéia de progresso não estivesse profundamente ancorada na mentalidade e nas estruturas coletivas do pensamento da cultura histórico-historiográfica.

Em duzentos anos de cultura historiográfica da consciência, a categoria progresso[5] se incrustou profundamente nas estruturas da psique ocidental e, por que não oriental, atuando na consciência histórico-coletiva. Para verificarmos isso, na prática, basta perguntar para uma criança ou até mesmo aos adultos, confirmando a idéia orientadora de que o futuro irá superar sempre o presente e o passado, em termos de chances de vida e de possibilidades de felicidade.

Ora, se a perspectiva do futuro não se operacionaliza no horizonte individual nem no coletivo, então vem à tona um obstáculo na orientação do sentido temporal da própria história.[6] Essa orientação será percebida através do distanciamento de um processo de desenvolvimento nas narrativas legitimadoras. O progresso como *modelo de pensar* é um fator social, um conseqüente fator mental dos princípios de conduta da vida, que precisa ser colocado na 'ordem do dia', caso a história como ciência deseje ocupar o espaço da comunicação de experiências e do conhecimento histórico.[7]

Por um lado, é indiscutível que no debate atual a categoria progresso (como ela se tornou fragmentária na compreensão da cultu-

[4] Ver especialmente CHAUVEAU, A.; TÉTARD, Ph. (1999) e BODEI (2001). Este questionamento já estava presente nas preocupações de Walter Benjamin em LÖWY (1990), especialmente o cap. 9 e 10; para a questão historiográfica ver DIEHL(1993; 2004).

[5] Ver NISBET (1985).

[6] Ver especialmente capítulo 4 do livro de DOSSE (2003).

[7] Este aspecto não é privilégio do pensamento histórico, mas abrange os mais diversos debates nas mais diferentes áreas do conhecimento. A abrangência do debate pode ser acompanhada em SCHNITMAN (1996). Fizemos uma tentativa em DIEHL (2006).

ra) não consiga mais ser concebida sem profundas fissuras.[8] Para isso, as experiências históricas são poderosas demais. A tendência à crise, as conseqüências catastróficas da concepção tradicional, concebida como desenvolvimento histórico para o mundo moderno (especialmente nos setores sócio-econômicos a partir da industrialização) já se tornou experiência coletiva comum.

Cada um de nós que possui sensibilidade suficiente para perceber contradições estruturais entre o seu mundo e o da geração passada, leva em consideração os resultados práticos desse desenvolvimento como fatos observáveis: na destruição ecológica durante a exploração da natureza via industrialização; no desmedido e crescente potencial dominador do poder de blocos nos estados modernos; na profunda ruptura de possibilidades entre o mundo industrializado com as regiões não industrializadas e, finalmente; na *desertificação* dos impulsos inovadores dentro do racionalismo institucionalizado pela ciência (GIDDENS, 1991).

A ciência histórica não poderá ser excluída da onda crítica ao progresso, se para o historiador a cons/ciência histórica apreendida através da experiência do passado significar alguma coisa. A crise da noção de progresso se configura na confrontação entre *intenção* e *realização* especialmente a partir de três vetores básicos:

a) o progresso moderno foi subsidiado pela esperança de que, através da unificação de razão filosófica e racionalidade científica pudesse ser instituída a 'paz' interna das sociedades, bem como o delineamento da ordem internacional. As pessoas do século XX viveram desde grandes tensões até guerras mundiais, guerras locais, tendo como referencial um potente arsenal destruidor cientificamente produzido (WITTROCK, 1989, p. 497-507).
b) o progresso moderno constitui, na forma mais decisiva, a sociedade do trabalho, na qual vale o crescimento da produtividade na base da constante automatização, gerando nas sociedades industrializadas a crise da própria sociedade do trabalho;
c) a crença no progresso foi um fenômeno formador da identidade no auto-entendimento das sociedades, de seus grupos e indivíduos. A crise da noção de progresso leva à crise de iden-

[8] Em termos de debates recentes sobre a noção cultura sugere-se SEMPRINI (1999) e CUCHE (1999).

tidade e de legitimidade do conhecimento, que se faz visível em diferentes setores, como por exemplo: a crise de legitimidade de sistemas políticos.[9]

Da crise de orientação do sentido que essa crítica representa na cultura política e a cultura historiográfica atual resulta o sintoma das crescentes revoluções frustradas, atingindo em contrapartida ao progresso de maximização das revoluções otimistas crescentes onde o ideal de progresso compôs o estímulo central para o iluminismo através do tempo relacionado ao espaço.

Portanto, por um lado, discutir a temática da cultura e do conflito no modo de produzir o conhecimento histórico é o mesmo que mapear a patologia do tempo presente, provocada pela mordida do enigma de compreendermos os conflitos da produção historiográfica. Por outro lado, todos nós sabemos da dificuldade de se fazer um mapeamento mais completo ante a quantidade e diversidade da produção contemporânea. Então, é preciso fazer uma seleção, pois é humanamente impossível ter domínio sobre a totalidade e é aqui que enfrentamos o primeiro desafio. Quais são as obras paradigmáticas para entender a complexa paisagem historiográfica? Com todo o risco da imprecisão e da parcialidade da leitura, tomo como sistema de referência três pontos:

a) De onde se pode mapear os pontos do debate sobre cultura e conflitos na historiografia contemporânea. Esta perspectiva do olhar analítico deve cobrir pelo menos os seguintes aspectos: as questões vinculadas às mudanças no pensamento historiográfico; a questão da crise da razão histórica e do sentido do conhecimento histórico.
b) Quais são os debates significativos internos e externos e como estes repercutem na produção historiográfica contemporânea?
c) Quais são os pressupostos metodológicos da análise desta paisagem tão dinâmica e pluriorientada?

Já podemos perceber de antemão que a questão é indigesta, mas podemos tentar compreende-la mesmo assim se partimos, metodologicamente, com a noção de cultura historiográfica. Que possibi-

[9] TOURAINE (1989, p. 43-457) e a discussão realizada no mesmo número da revista citada, entre referências de vários cientistas, p. 533-584.

lidades a noção cultura historiográfica pode oferecer em detrimentos de outras formas de estudo como, por exemplo, a dos paradigmas, correntes teóricas e etc.

A noção de cultura historiográfica

A noção de cultura historiográfica é composta por uma constelação de matrizes metodológicas que nos permitem construir estruturas de análise e compreensão da produção historiográfica. Esta noção surgiu a partir de estudos mais sistemáticos sobre a historiografia brasileira, feitos desde os anos de 1980 e gradativamente aperfeiçoados.

Nosso objeto aqui é discutir o processo de produção do conhecimento histórico e as possíveis tarefas da análise historiográfica. Nesse sentido, tomamos como base a noção de cultura historiográfica. Entendemos por cultura historiográfica um conjunto de cinco matrizes e seus respectivos elementos interligados.

A primeira matriz tem sua origem no debate proposto por Thomas Kuhn (1987), com a publicação do livro *A estrutura das revoluções científicas* em 1962 (DIEHL, 2001, p. 33-52). Kuhn apresenta um debate sobre a noção de paradigma, as conseqüências para a ciência quando ocorre a chamada mudança paradigmática e os fatores agentes dessa mudança.

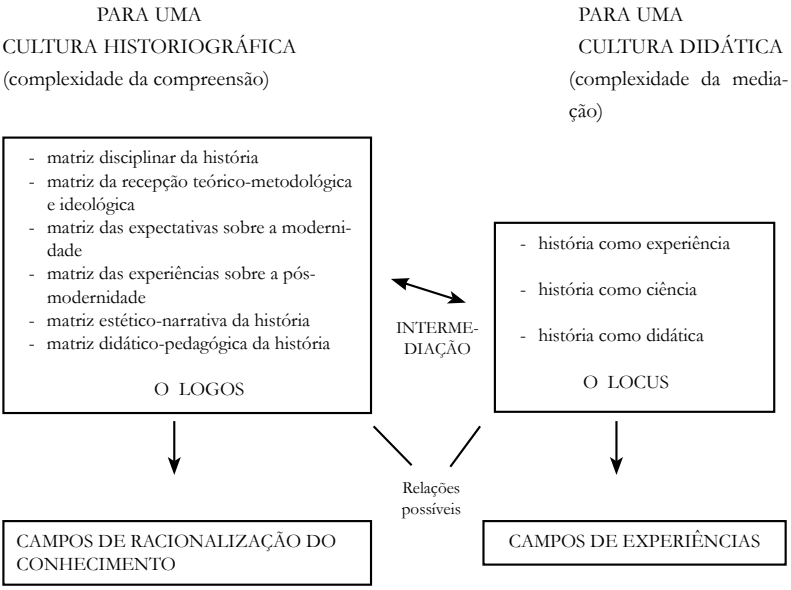
O debate desencadeado por Kuhn foi assimilado com diferentes graus de recepção na história. Jörn Rüsen (2001) então propôs *uma matriz disciplinar da história* como um modelo para a discussão teórico-epistemológica. A matriz de Rüsen é composta por cinco elementos: os interesses pelo conhecimento sobre o passado; as perspectivas teóricas que orientam a pesquisa; as metodologias, as técnicas de pesquisa e as diferentes fontes; as formas de representação do passado por meio das narrativas e, finalmente, as funções didáticas do conhecimento histórico no contexto sociocultural.[10]

A segunda matriz tem seu foco centralizado *nas formas de recepção teórico-metodológicas e ideológicas* dos debates teóricos na comunidade científica na própria história e demais ciências humano-sociais. Essas

[10] A matriz disciplinar de Rüsen está no livro *Razão histórica (*2001). Ver esta discussão no texto de DIEHL (2001b).

formas de recepção são constituídas de três vetores: a ortodoxa, a adaptada e a crítica.[11]

A terceira matriz tem seu esforço concentrado sobre *as experiências historiográficas refletidas sobre a modernidade* e ela é composta pelas noções modernização, modernidade e modernismo.



A quarta matriz apresenta as *experiências historiográficas sobre a pós-modernidade* e ela é composta pelo debate sobre a tensão entre modernidade – pós-modernidade e as repercussões dessa tensão na disciplina história.

A quinta *matriz representa o estético-narrativo da história* e ela é constituída a partir do debate em torno do texto histórico-historiográfico e as respectivas representações de estruturas e de sujeitos. E, finalmente, a sexta matriz representa as possibilidades do conhecimento histórico em termos de sua validade e legitimidade social e cultural numa sociedade em profundas mudanças estruturais.

Com esse primeiro entendimento, sobre a noção de cultura

[11] Discutimos essa matriz em DIEHL (1993), especialmente p. 26-27.

historiográfica, podemos seguir adiante, dizendo que por processo de produção do conhecimento histórico compreendemos um conjunto de práticas desenvolvidas tanto em nível acadêmico como não acadêmico.

Observa-se, ultimamente, um amplo processo de produção de dissertações e teses no contexto dos programas de pós-graduação e com isso, a socialização da pesquisa dos membros da comunidade de historiadores. Com esse aspecto não queremos afirmar que a socialização dos conhecimentos produzidos ocorra, necessariamente, com igual intensidade no contexto mais amplo da sociedade através da publicação de livros e artigos de acesso geral.

Nesse sentido, trata-se de verificar a hipótese segundo a qual, apesar do anúncio da crescente burocratização, leia-se especialização da história. Conseqüentemente, a socialização do conhecimento pelos membros da comunidade científica na pesquisa está sendo ainda muito mais definida pela performance individual e singular do historiador.

Observa-se, também, a crescente institucionalização e consolidação de cursos de pós-graduação em um processo que poderíamos denominar de interiorização do conhecimento.

Além das questões institucionais e quantitativas da produção do conhecimento devemos considerar a ciência e a atividade científica como eminentemente sociais. A história da ciência histórica se interessa pelos próprios cientistas em suas condições de trabalho.

Nesse sentido, existem várias alternativas conceituais para o estudo do processo de produção do conhecimento histórico. Entre estas alternativas destacamos: o conceito de *comunidade científica,* introduzido por Polany, presente em Merton e desenvolvido por Kuhn, o conceito de *ethos científico* de Merton; o conceito de *campo científico e habitus* de Bourdieu,[12] bem como o de *habitus* na perspectiva de Norbert Elias.

O processo de institucionalização e consolidação da história, como disciplina, bem como de constituição das coletividades de historiadores, compreende diferentes fases, no Brasil.

A primeira fase compreende aquela que podemos denominar de vigilância comemorativa, a qual carrega consigo a herança histó-

[12] BOURDIEU(1996a; 1996b; 1986).

rico-cultural da historiografia do século XIX (BOURDIEU, 1986 e 1996). A sua produção intelectual e historiográfica caracteriza-se por ensaios de cunho erudito, tendo influência da literatura de origem européia. São pensadores do Brasil vinculados ao Estado ou próximos dele. Os *Institutos Históricos e Geográficos* e as *Academias* são exemplos dessa fase. Com posturas diferenciadas, suas características básicas são a de ter a hegemonia de representar o Brasil. Essa perspectiva perdura em grande parte até meados dos anos 1970 (DIEHL, 1999).

A partir dos anos 1970 e 1980, com a criação dos programas de pós-graduação, entramos em uma fase da cultura historiográfica que é caracterizada pela crise dos parâmetros científicos tradicionais e pela diversidade de histórias, porém fortemente institucionalizada nas universidades. Nessa fase assistimos, além da interiorização da produção do conhecimento e sua correspondente profissionalização, a emergência de alternativas temáticas e teóricas.[13]

Com o fim do regime militar em 1985, a historiografia ingressou em um período sob condições de democracia no Brasil. Com isso, as universidades passaram a gozar de uma relativa autonomia, estimulando um novo incremento à institucionalização através da vivência departamental, oriunda da reforma universitária no final dos anos 1960.

Essa institucionalização gerou profundas descontinuidades que, neste período, se apresentam fragmentadas sob a forma de várias especializações e essas não regulam sua expansão por paradigmas fortes e dominantes. A departamentalização do conhecimento histórico e dos próprios cursos de história pode, para fins de compreensão, ser transposta geograficamente para as diferentes universidades.

O departamento torna-se o lugar, por excelência, da produção em história. Nesse momento podemos identificar pelo menos três tendências.

A primeira tendência lembra uma orientação mertoniana, na qual ocorre a dissociação entre ciência e vida pública. Desenvolve-se uma historiografia sob a jurisdição de uma comunidade científica orientada por um *ethos* específico. Através desse *ethos* específico e autônomo, procurou-se atingir os fins próprios da lógica científica. Nessa

[13] Fizemos isso em DIEHL (2004).

tendência, a historiografia não deveria servir ao Estado, ao mercado, nem a quaisquer outros sujeitos sociais.

A segunda tendência prevê o *locus* departamental, como sendo uma espécie de autor para a construção de redes em torno de objetos definidos pela vocação *solving problems*, estimulando-se, para tanto, a criação de laboratórios, arquivos e implementando linhas de pesquisa e áreas de concentração.

A terceira tendência consiste em uma forte influência francesa na cultura historiográfica pela qual ocorre a recepção maciça e uma aproximação da nova história francesa com a história cultural, fazendo da história uma forma medial de comunicação entre passado e presente. Evidente está que a história nova gerou uma revolução na historiografia, como muito bem menciona Peter Burke (1991). Mas sua forte tendência ao mercado medial acentuou a sua patologia. Refiro-me à patologia do esgotamento e da sua perda de sentido em termos de busca dos parâmetros modernos de ciência.

Radicalizando essa tese, poder-se-ia falar de uma historiografia compensatória aos problemas contemporâneos e de uma falta de perspectivas para uma possível mudança social.

Contudo, na versão atual, essa tendência está se apresentando como uma historiografia especializada em objetos fragmentados (negros, mulheres, sem-terra, homossexuais, feiticeiras, imaginário, cotidiano, etc.), com os quais ela se identifica, atuando como ator na sua representação. Ainda na situação atual temos uma versão historiográfica que ruma para o encontro com a literatura, enfatizando as prefigurações e discursos contextualizados. Nessa perspectiva rompem-se as fronteiras disciplinares da história.

De forma genérica, podemos afirmar que apesar de três tendências identificadas isoladamente, elas ocorrem simultaneamente, mostrando-nos, sobretudo, que não há mais um conhecimento estabelecido de verdades absolutas e últimas. Por mais paradoxal que possa parecer, a história está em franca popularização, e cada vez mais ela vem ocupando espaços nos diferentes meios de comunicação. Cada vez mais, a legitimidade da história centra-se na pluralidade e na multiplicidade, no imediato e no tempo presente, causando a sedução do leitor através de uma narrativa aberta sem os dogmatismos de pensamento do século XIX.

Por outro lado, assistimos um avanço numérico considerável

na produção de histórias municipais, locais, regionais e personalizadas. São cada vez mais produções em micro escala, que buscam a afirmação dos saberes locais, das identidades étnico-culturais e de posturas político-administrativo-municipais. Uma parcela considerável desses textos é produzida fora dos parâmetros universitários e, portanto, do controle da comunidade científica.

Apesar da inovação metodológica e temática da história, não podemos deixar de mencionar a fugacidade do texto histórico e sua configuração teórica provocada pelo afronto à tradicional razão histórica. Nos anos da década de 1980 e 1990, a cultura historiográfica brasileira vem desenvolvendo-se em um intenso debate em torno dos problemas apontados pela pós-modernidade. As clivagens desse debate localizam-se em parte sobre a crítica da idéia de progresso, da razão histórica e do próprio sentido do conhecimento histórico, as quais foram as molas mestras das perspectivas de modernidade.

Por outro lado, as soluções micro e culturais são também uma resposta ao processo de globalização em forma de resistência, de identidades e de culturas locais. Assim, os critérios de fundamentação moderna e validade da história ciência estão hoje sob suspeita.[14]

Nessa constelação ampla existem dois parâmetros básicos que devemos considerar em relação à cultura historiográfica: (a) a formação da atividade científica na comunidade e (b) a estrutura e concepções na produção do conhecimento histórico.[15]

Frente a essa tese, a hipótese plausível nesse contexto é a nossa constante busca de parâmetros que possam configurar a performance da ciência histórica. Um desses parâmetros é o estabelecimento de elementos capazes de estimular premissas para um programa mínimo, mesmo que precário para a disciplina. Tais premissas precisam constituir-se em meta-discurso, que consiga abranger as mais diferentes representações localizadas.

Tal meta-discurso deverá dar conta dos elementos discursivos *anárquicos*, que querem romper com o personalismo historiográfico

[14] Em termos epistemológicos procuramos discutir isso no confronto entre os paradigmas modernos e pós-modernos em DIEHL e TEDESCO (2001).

[15] Os dois aspectos apontados não serão discutidos aqui. Entretanto, seria interessante vinculá-los na relação específica com os programas de pós-graduações e a questão das regionalidades.

existente, e aqueles cujo objetivo é a configuração da disciplina histórica. A dificuldade está exatamente nesse ponto, que é o xis nevrálgico da questão. Por outro lado, a constituição dos elementos dessa meta-discurso poderia estar historicizada, pois o diálogo irá apresentar experiências disciplinadoras e impulsos de emancipação (DIEHL, 2002).

Portanto, um primeiro aspecto é a necessária (re)configuração entre o discurso teórico e a razão prática, entre o pensar representativo do mundo e a vivência da experiência daqueles que objetivamos reconstruir em um processo de atualização do passado.

A contemporaneidade do não-contemporâneo implica em exercícios sócio-culturais de interesses pelo conhecimento histórico. Tais interesses independentes do contexto revelam a capacidade do sujeito cognitivo consciente, reconstruído através das práticas existenciais e do conjunto de tendências do paradigma dominante. Esse aspecto por si só gera um conflito, estabelecido entre o existencial do historiador e o paradigmático de sua ciência.

Nesse aspecto, não devemos confundir as práticas existenciais não-discursivas como, por exemplo, comportamento cotidiano, com discursos impressos sobre o cotidiano. Ou seja, a orientação de misturar experiências existenciais e textos de crítica historiográfica.

Aliás, essa orientação faz parte da patologia da história como ciência. Portanto, o foco central desse primeiro elemento é o da história como experiência ou espaço das experiências.

O segundo elemento da meta-discurso é o das perspectivas orientadoras sobre o passado, ou seja, o conjunto de teorias, as quais dão significado ao passado. É através das perspectivas orientadoras que os interesses ajudam a compreender as transformações temporais do homem, do seu mundo e a consciência de seu reconhecimento como histórico.

O terceiro aspecto constitutivo da meta-discurso é as orientações e regras metodológicas, com as quais as experiências do passado são inseridas nas perspectivas orientadoras através da pesquisa e de todo arsenal técnico de manuseio documental na significação das informações. A inserção das experiências do passado nas perspectivas orientadoras é feita através das estratégias de pesquisa. O arsenal técnico e as estratégias vão mudando conforme as orientações teóricas.

O quarto elemento é constituído pelas formas de representação historiográfica, através das quais são elaborados os textos e dis-

cursos sobre o passado. A dimensão textual-discursiva compreende aspectos como memória, continuidade/ruptura, comunicação, identidade e sentido do tempo, vinculados a quatro estruturas narrativas: a exemplar, a tradicional, a crítica e a genética.[16]

E, finalmente, o quinto elemento constitutivo da meta-discurso envolve as funções do conhecimento histórico no contexto social e individual. Em outras palavras, essas são as funções didáticas do saber histórico, através das quais germinam novos interesses sobre as práticas sócio-culturais. Exatamente nesse aspecto está presente a profunda vinculação entre presente e o passado.

Portanto, entendemos que a performance da história com plausibilidade científica passa necessariamente pelo estabelecimento desses cinco elementos constitutivos da meta-discurso em um programa epistemológico mínimo. Independente da postura teórica, esse meta-discurso possibilita, sobretudo, uma concepção da própria possibilidade histórica e do seu desenvolvimento.

Não seria exagerado afirmar aqui, para finalizar a parte de contextualização, que a própria busca desse acordo é também repleto de produtividade para a história, pois a relação dialógica é a maneira pela qual se revela a consciência da produtividade. Sem dúvida, o aparecimento da consciência histórica constitui o aspecto mais importante de constituição da história como disciplina moderna e este é o parâmetro de compreensão fundamental da historicidade do passado, bem como evidencia o reconhecimento intelectual contemporâneo.

Porém, não basta apenas a consciência de que algo esteja mudando. É preciso compreender a cultura da mudança e não mais o resultado final da mudança nas formas de produção e representação do conhecimento histórico. Nessa cultura da mudança deve chamar atenção para dois pontos da guinada. O primeiro ponto diz respeito ao abuso da interdisciplinaridade, especialmente com a sociologia da gente, a economia da negociação e na própria história com a proposta de estudos da contemporaneidade do não-contemporâneo. O segundo ponto da guinada refere-se à consciência de que a verdade não está nos arquivos e o documento por si já não pode mais dar a resposta cabal da veracidade dos fatos.

[16] Estas estruturas narrativas da história foram desenvolvidas por Jörn Rüsen. Procuramos operacionalizá-las em DIEHL (2001, p. 17).

Com esta guinada, a história passa a ser concebida como "invenção controlada" das experiências na suas temporalidades. Nesse sentido, a linguagem passa a assumir uma relevância na busca da universalidade da experiência singular para a tomada de consciência da contemporaneidade. É exatamente esta fusão de horizontes que mostra a relação entre espaço de experiências (tradição) e horizonte de expectativas (tempo) (KOSELLECK, 1989).

Esta perspectiva hermenêutica empresta o sentido último às ciências humanas e nos coloca como seres finitos, inconclusos que precisam da história para encontrar o sentido da compreensão em relação à amplitude da idéia de tradição e a possibilidade de mudança no tempo presente. Parece-nos que estas concepções são as que forjam o indivíduo e o cidadão modernos em identidades parciais e nem sempre harmônicas a partir do teatro da memória. Tal aspecto tornou-se ultimamente importante no debate pelo seu grau fragmentário e subjetivo, o qual penetra na intimidade individual onde a noção de sinceridade pode se tornar um aval da verdade. Esta proposição poderia significar dentro dos parâmetros mais ortodoxos do pensamento uma afronta aos critérios de cientificidade e de historicidade do conhecimento histórico. Entretanto, o diálogo com as tradições sempre irá supor valores e, fundamentalmente, os sentidos de valores como critérios negociados individual e socialmente dentro de um sistema de referências.

Se continuarmos nesta lógica de pensamento facilmente poder-se-ia levantar a hipótese de que o passado não existe. Existe isto sim a construção temporal de sistemas de referências, dos quais brotam os sentidos e significados daquilo que denominamos passado e passamos a referenciar como história. Mesmo com os sistemas de referências estruturados heuristicamente ainda assim o passado nos prega peças: para uns o passado poderia ter sido; outros gostariam que ele tivesse sido; ou ainda aqueles que perguntam sobre como é possível reconstituí-lo. Aliás, a história é o espaço do tempo e o passado é o campo no qual o 'real' brinca de esconder com o pesquisar. O passado é uma espécie de sombra de cada um de nós e somente ela nos faz perceber como, onde e quando nos influencia na vida. A compreensão desta problemática coloca o passado como a possibilidade de futuro e ele é um poderoso argumento para a cultura da mudança.

Então, o mapeamento e a compreensão dos debates e confli-

tos na historiografia contemporânea estão divididos em dois grandes leques. O primeiro busca cobrir o território dos debates temático-teóricos e o segundo avança sobre a compreensão da paisagem dos debates epistemológicos e metodológicos.

O território dos debates temático-teóricos

a) Debates em torno do marxismo: Althusser, Gramsci, Agnes Heller, a influência da Escola de Frankfurt, Edward Thompson, Perry Anderson.
b) Debates em torno do Movimento dos Annales: crise do estruturalismo durkheimiano e a crise da história econômica e a larga influência da antropologia e da hermenêutica. François Dosse, Peter Burke, Jacques Le Goff, Marcel Gauchet.
c) Debates em torno das novas configurações do poder: Gramsci, Foucault e Bourdieu.
d) Debates em torno da memória: Walter Benjamin, Paul Thompson, Henri Bergson.
e) Debates em torno da crise do Estado-nação: regionalidades, do local, do micro especialmente com Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, Jacques Revel.
f) Debates em torno das representações: Michel Vovelle, Roger Chartier, Georges Duby.
g) Debates em torno da história política ou da renovada história política: René Remond.
h) Debates em torno dos sujeitos históricos e biográficos: camponeses, mulheres, operários, bruxas, feiticeiras, prostitutas, homossexuais, etc.
i) Debates em torno da crise da história das idéias e a conceituação da história intelectual: Robert Darnton, François Dosse, René Remond.
j) Debates em torno dos sentimentos, da subjetividade, dos medos, da felicidade: Jean Delumeau.
k) Debates em torno da modernidade e pós-modernidade: J. Rüsen, Remo Bodei, Josep Fontana, Perry Anderson, Eric Hobsbawm, Boaventura de Souza Santos, Marchall Berman.

l) Debates em torno da história cultural: as peculiaridades, a compreensão - Lynn Hunt, Peter Burke, Jacques Revel.

A paisagem dos debates epistemológicos e metodológicos

a) Debates em torno da inserção da hermenêutica no processo de compreensão do passado: aproximação com a filosofia, o avanço da subjetividade e das experiências cotidianas - Paul Ricouer, Michel de Certeau, R. Koselleck, Hans-Geog Gadamer, Dominique La Capra.
b) Debates em torno da pós-modernidade: Keith Jenkins, Linda Hutcheon, Steven Connor, Richard Rorty em termos de sistematização do pensamento pós-moderno.
c) Debates em torno do sentido da história: humanização das ciências humanas – Josep Fontana, François Dosse, Remo Bodei, Jörn Rüsen.
d) Debates em torno do tempo presente: pluralidade de sons e tempos - Ph. Tétard.
e) Debates em torno da história e narrativa: a história como ciência da palavra e do texto – Hayden White, J. Rüsen, Claude Lefort, Eric Hobsbawm.
f) Debates em torno da historiografia e cultura historiográfica: Marie-Paule Caire-Jabinet.
g) Debates em torno da interdisciplinaridade, multi e transdisciplinaridade: o objeto da história.
h) Debates em torno da história e psicanálise: Michel de Certeau, Paul Ricoeur.
i) Debates em torno da didática da história: o sentido do conhecimento histórico e as suas funções culturais.

Narratividade na história

O termo narratividade foi introduzido no debate histórico-historiográfico através da filosofia analítica da história (WHITE, 1965; DANTO, 1965),[17] bem como, paralelamente, através das pesquisas sis-

[17] Tradução parcial espanhola 1989.

temáticas da teoria literária e da lingüística exegética de textos (STIERLE, 1975, especialmente p. 49-55).

A narratividade abarca a especificidade lógica do leque de relações da linguagem através da qual as pessoas narram representações do passado pela historiografia e literatura. Dependendo das relações que são estabelecidas nas perspectivas de pesquisas serão também vinculados os princípios narrativos, frases, textos como elementos da narratividade, estruturas narrativas ou esquemas explicativos.

Na área do conhecimento histórico e sua respectiva teorização, narratividade significa, em primeiro lugar, o fato que toda história é apresentada como um contar sobre o passado. Isso significa representar o passado como histórias. Se esse fato está estreitamente fazendo a ligação entre história e narração, o que é posição indiscutível, surgem problemas quanto à fundamentação mais exata em termos de teorias da história.

A questão central, por onde surgem os problemas de fundamentação, pode ser formulada a partir da construção do próprio conhecimento histórico. A narrativa, com sua seqüência, a qual culmina na síntese, é estruturada através de aspectos externos do discurso sobre o passado ou ela vem estipulada a partir da relação conceitual interna da própria história? Em outras palavras, poder-se-ia afirmar que a narrativa seria uma resposta para a questão do já discutido problema da filosofia da história, através do qual o passado é ou não tornado história.

Essa questão traz à tona um problema subjacente, mas não menos importante da narratividade histórica. Podemos ampliar o grau de complexidade da questão, se tomarmos a constituição da consciência histórica, ou seja, a especificação de como a história – o passado – é constituída em história no processo de análise de pesquisa. Nessa perspectiva, podemos, então, observar que a narratividade se tornou um dos problemas atuais do debate. A atualidade desse problema também vem, por um lado, da maneira específica do desenvolvimento da história cultural, vista pelo ângulo metodológico e, de outro lado, pela crise paradigmática que a história vem enfrentando como ciência (DE DECCA; LEMAIRE, 2000; CARDOSO; MALERA, 2000).

A tentativa de buscar estruturas narrativas específicas para a história e a multiplicidade de perspectivas teóricas em jogo indica uma revisão dos conceitos básicos do próprio conhecimento histórico.

Dessa necessária revisão não se explica apenas o fato que o problema é metodológico, mas de que precisamos redefinir as relações entre narração e explicação e entre narração e teoria. Portanto, compreende-se que a base clássica da narração fora reduzida a uma forma de representação do passado em termos de estruturas didáticas: as funções do conhecimento histórico em um dado contexto.

Assim, uma reabilitação da narrativa histórica como algo específico somente será possível se tomada como um dos critérios de plausibilidade do conhecimento histórico. Isso significa incluir na sua estrutura teórica os elementos do discurso histórico como fonte fundamental da explicação.

Arthur Danto (1989) procurou, através de sua análise, discutir os esquemas narrativos da explicação histórica, mostrando que a oposição narrativa x teoria é falsa, levando inclusive avaliações errôneas.

Os aspectos levantados por Danto de forma alguma foram superados naquele momento, tanto que mereceram debates posteriores. Pelo contrário, suas considerações foram importantes por chamarem a atenção para o significado da narração, sua fundamental necessidade no processo de constituição da pesquisa e do conhecimento histórico, bem como na função de teorização na história social e da história cultural.

Evidentemente, a caracterização acima apenas delimitou a importância da narratividade. É certo que a narrativa sempre estará presente em textos com conteúdos históricos; que o espaço da história narrada está presente na interferência de ações, na heterogeneidade dos fins e na contingência; que a história na sua prática de constituição precisa ter presentes estruturas narrativas; que a narrativa e a teoria precisam estar minimamente em situação de complementaridade; que as teorias também precisam estar sujeitas ao conteúdo do debate da narração.

Nesse sentido, a questão de fundo proposta aqui é de trazer a discussão das formas narrativas para dentro do debate mais geral, vinculando-as aos princípios das teorizações, das metodizações e didatizações na constituição do conhecimento histórico. Fora disso, a discussão sobre a narratividade cairá no esgotamento das formas estéticas de representação do passado e em debates meramente técnicos, vinculados às estruturas frasais onde o conteúdo histórico como conhecimento perderá seu significado na tarefa de produzir possibilida-

des de consciência.

As possibilidades de consciência colocam a narrativa no centro de questões fundamentais para a história, podendo elas ser apresentadas como origem, como alegoria e como estética.

a) Narrativa como origem

Em essência toda narrativa é um discurso fundador e nesse sentido pode designar uma constelação de ingredientes desse discurso.[18]

Narrativa como origem pode designar um lugar privilegiado do passado e de uma recusa da modernidade, pois nesse *locus* convergem simultaneamente os impulsos restauradores e utópicos. Ela representa o retorno a uma harmonia anterior perdida pelos processos de modernização objetivos da sociedade. Buscar fundar um passado perdido é articulado como se o ideal estivesse no passado. Nesse sentido, podemos constatar uma contradição entre nostalgia e vanguarda ou entre conservação e revolução. O tempo é representado como restauração e como dispersão, assumindo característica alegórica, onde a restauração estabelece o termo e a dispersão o efêmero.

A narrativa como origem designa então um salto (Sprung) para fora ou para além da sucessão cronológica que nivela os fatos em uma linha de tempo linear. A origem quebra a linearidade do tempo, passando a operar com cortes no discurso (CASSIRER, 1972).

É uma tentativa de fazer saltar do passado congelado para o contemporâneo e do contemporâneo para o passado quase como algo acidental e subjetivo. Assim, o passado congelado passaria a integrar o contemporâneo agitado e esse, por sua vez, poderia fazer parte do passado, formando a heterogeneidade no encontro de experiências diferenciadoras naquilo que pode ser denominado de o contemporâneo do não-contemporâneo ou a idéia de futuro que se tinha no passado ou ainda a idéia de passado que se terá no futuro.

Mas, a narrativa como origem é representada como a vontade de um regresso e, sobretudo, mostra também a precariedade desse re-

[18] Em termos de um rastreamento de teorias e percursos das línguas e linguagens ver ECO (2001). Não deveríamos esquecer a possibilidade de outras leituras, ver KUPER (2002).

gresso. A precariedade aparece quando existe a consciência de que só é restaurado aquilo que foi destruído. Nesse caso, o ato de querer restaurar indica o reconhecimento da perda, a lembrança de uma ordem anterior e a fragilidade dessa ordem. Então, a restauração é sempre incompleta (VERNANT; VIDAL-NAQUET, 1988).

Continuando o raciocínio, a narrativa sobre o passado via rememoração não implica apenas na tentativa de restauração do passado, mas alavanca também uma transformação do presente de tal forma que, se o passado aí for reencontrado, ele não fique o mesmo, mas seja também ele retomado e transformado. Nesse sentido, a relação estabelecida entre o passado e o presente implica no reencontro transformador de ambos. Já não teremos mais um passado como ele realmente foi e um presente incólume à interferência do passado.

Certamente nesse processo transformador existia um vínculo essencial entre narrativa e história. A linguagem contida na narrativa é uma espécie de reatualização da origem e, portanto, ela possui uma vinculação com o futuro utópico no passado. É, em última análise, restabelecer os vínculos com as idéias de futuro no presente e as idéias de futuro que se tinha no passado. Então, a tarefa da narrativa não é apenas a restauração do idêntico esquecido, mas a possibilidade do diferente.

Nesse sentido, o discurso (*logos*) e *onoma* (que conhece), vinculando linguagem e história, articulam-se em combinações diferentes, resultando daí as várias tradições históricas que nada mais são do que traduções do passado. Em outras palavras, as narrativas são traduções e leituras diferentes do passado que, dependendo das combinações e ênfases variadas, possibilitam as mais diferenciadas leituras interpretativas do passado. Porém, todas as possíveis tradições possuem algo em comum. Todas elas demonstram serem incompletas e transitórias, mesmo que busquem a perfeição do passado.

b) Narrativa como alegoria

No sentido clássico, alegoria nasce da distância histórica que separa o leitor do texto, cujo texto pode apresentar-se das mais diversas formas. Com essa premissa básica, a alegoria torna-se: uma espécie de intervalo entre ambos; um escândalo do leitor em relação ao texto; e finalmente, como diz Schleimacher, a responsabilidade (o ponto cha-

ve) caberá ao ato da leitura e não mais ao texto.

Com essas três perspectivas, alegoria é a possibilidade de reabilitação da história, da temporalidade, mas também a morte da linguagem humana na relação leitor-texto. Pois, ao mesmo momento que a narrativa possui historicidade, ela demonstra seu caráter arbitrário na medida que traduz a precariedade dela mesma. Seu desejo de eternidade corresponde a sua consciência da precariedade da descrição do mundo. Parece ser essa a fonte da alegoria: a coexistência entre o efêmero e o eterno. Ou como diria Baudelarie: a coexistência da harmonia e da modernidade devoradora.

É exatamente dessa coexistência contraditória que a narrativa experimenta sua viabilidade, a qual se encontra situada entre expressão e significação. Origina-se daí o fato da alegoria apontar para a impossibilidade de um sentido eterno. Apesar dessa impossibilidade, ela também aponta para a necessidade de preservar temporalidades significativas recheando-as de historicidades, porém transitórias.

Através da alegoria aprofunda-se uma relação tríplice:

a) a do sujeito clássico que podia afirmar uma identidade coerente entre si mesmo. A alegoria agora passa a sugerir precariedade da identidade coerente e verdadeira e nisso o sujeito construtor da totalidade coerente passa a vacilar;
b) a dos objetos que não são mais os depósitos da estabilidade última, passando agora pela decomposição e fragmentação;
c) a do processo de significação, cujo sentido surge da corrosão dos laços de experiências de sujeitos e objetos.

Do aprofundamento da tríplice relação acima exposta, ocorre a morte do sujeito clássico e o surgimento da forma alegórica do texto, passando a não existir mais a independência entre sujeito e objeto; como tal tem-se a inexistência de sentido próprio. A relação de dependência entre sujeito e objeto propicia com que a alegoria (ela própria) seja a fragmentação do real e a renúncia da aparência falsa de totalidade. Assim, a alegoria possibilita a produção abundante de sentidos sobre as ruínas (o passado) de um edifício do qual não sabemos se ele existiu por inteiro ou se ele foi uma construção.[19]

[19] Uma leitura interessante nesse aspecto é a de VERNANT e VIDAL-NAQUET (1988). Também WARNIER (2000).

Mesmo com a multiplicidade de significações que podem ser produzidas pela alegoria, ela revela uma consciência de momento da leitura. Ela ajuda a compreender a temporalidade, portanto, o transitório e a fragilidade do presente.

c) Narrativa como estética

A ansiedade do mundo ocidental em perceber operacionalizados os princípios da modernidade (na sociedade, no Estado, no poder, nas artes...) levou-o a uma interpretação unilateral da própria modernidade como sendo algo monolítico, perfeito e orientado para o futuro. Longe disso, a origem da modernidade assenta-se exatamente no contrário dessa interpretação. Ela sugere a multiplicidade nas diferenças práticas discursivas que testemunham o conflito de experiências sociais, científicas, políticas percebidas, sobretudo, nas formas artísticas (FERRY, 1994).

Somente muito recentemente, com a crítica acirrada aos parâmetros da modernidade, percebeu-se com mais atenção que os fundadores da modernidade, século XVIII e XIX, buscam-se o pluralismo, a transitoriedade e a negação da autoridade constituída. O desafio da crítica aos modernos é, portanto, duplo: primeiramente reconhecer a crise de identidade – não a extinção de seus princípios – e retornar à crítica à razão instrumental dentro da atuação experiência do capitalismo avançado. O segundo desafio, a nosso ver, deve tentar resgatar os impulsos utópicos do esclarecimento e buscar a complementaridade da modernidade.

Em outras palavras isso significa dizer que através do desafio lançado, os discursos da ciência, da filosofia, da política e etc., na crise da modernidade não expressam apenas desintegração e o sentimento de dificuldade em poder conciliar a racionalidade com os valores do passado. A interrogação irá bem mais além, pois a estética da modernidade não pode prescindir da leitura de metáforas cifradas de vivências e do conflito que é a própria experiência de geração da condição moderna.

Parece que são as metáforas e os conflitos as chaves de compreensão da estética na narrativa moderna. Não são apenas os mega projetos políticos da modernidade que podem apontar para um novo mundo. Também a narrativa de fragmentos pode garantir a represen-

tação da capacidade de criação e de resignificação das experiências. Portanto, a questão metodológica não está somente expressa nos textos, mas sim na possibilidade de leitura e releitura dos mesmos.

Estão aí alguns argumentos, entre tantos outros, sobre a atualidade da estética no texto histórico. Sem dúvida, a possibilidade de diálogo nesse ponto é tensa e conflituosa. Certamente, isso ocorre por conta da mentalidade moderna moldada na cultura ocidental que considerou apenas a experiência da uniformidade moderna quando conjugou natureza, sociedade e narrativa.

Nessa conjugação, o espaço, o tempo e o movimento dos modernos ficaram restritos aos (sub)textos estranhos à razão moderna. O redescobrimento do estranho na razão moderna motivou o alargamento do repertório estético dos textos e de ampliação de mecanismos metodológicos capazes de caracterizar e compreender o moderno.

Esses aspectos ajudam-nos a compreender a aproximação entre história e literatura e a valorização crescente da narrativa como fator de sustentação do texto histórico. O reconhecimento desse ponto de vista atraiu o discurso histórico contemporâneo para um repertório lingüístico de ruptura da história naturalizada com as ciências positivas.

Estabelecem-se novas relações entre sociedade e história, especialmente (a) pela busca da dinâmica multitemporal do tempo como expressão do rompimento com a totalidade e com a unidade eterna, diante da desintegração das promessas de modernidade; (b) pela busca da transitoriedade, cujos aspectos centrais são a novidade e o efêmero, a invenção e a subversão dos sentidos tradicionais; (c) pela negação da modernidade e do otimismo, que são valores expressos na linearidade no tempo, no progresso e na ciência como fatores de redenção da humanidade e (d) pela negação da autoridade da tradição historiográfica com seu ideal universal.

As formas de oposição à tradição da mentalidade moderna buscam o erótico, a imaginação, o cotidiano, o mágico através da linguagem primeira capaz de resgatar a experiência e o tempo anterior à história ciência.[20] Cria-se assim um texto inundado pelo estranho, pela ironia, pelo transitório, pelo corpo etc., envolto pela linguagem des-

[20] As teorizações sobre o pós-modernismo, vistas a partir de várias facetas do debate podem ser acompanhadas em HUTCHEON (1991).

comprometida pelo regramento científico moderno que, entre outras coisas, escondia a cotidianidade e a tragicidade no passado. Tais textos exercem atualmente um fascínio mágico sobre o leitor. Conseguem possibilitar, por vezes, uma capacidade de intermediação comunicativa entre os processos civilizadores e a subjetividade imaginativa do leitor.

Contudo, por um lado, é preciso notar que tais características em textos históricos são por vezes criticadas como sendo pós-modernos ou anti-modernos[21] pelo seu déficit na produção de identidade. Claro está que a produção de identidade sofreu modificações profundas ao longo da própria constituição da modernidade.

Assim, os defensores da modernidade jamais apostaram em uma única identidade e uma verdade, mas, sobretudo, na multiplicidade de discursos concorrentes. Por outro lado, deixar fluir a inserção estética não deve significar a sua autonomia completa, pois isso também a afastaria do cotidiano das experiências, do social e do histórico. Se isso ocorrer teríamos a ornamentação do texto sobreposto ao histórico e, consequentemente, nada mais do que um novo jogo de hostilização ao passado, onde predominariam o gozo das formas do esteticismo técnico e superficial. Em outras palavras, teríamos apenas um paraíso estético de alienação e de escapismo.

Hermenêutica e representação

Hermenêutica significa, primeiramente, o processo metodológico da interpretação com o objetivo de compreender o significado quando um texto não é entendido de imediato. Ela foi inicialmente a arte da interpretação dos textos bíblicos e jurídicos de forma normativa e ocasional. Além dessa hermenêutica normativa, Gadamer[22] examina, sobretudo, na filosofia da hermenêutica a possibilidade do compreender o seu significado em uma espécie de teoria do conhecimento das ciências humanas, separando-as de explicações das ciências naturais.

[21] Fizemos essa crítica em DIEHL (1997). Conferir a posição de diversos autores em LECHTE (2002).

[22] Um bom exemplo para esse aspecto são as obras de VICO (1999) e DILTHEY (1958).

De ambas as variantes da hermenêutica é possível diferenciar o compreender histórico. A compreensão histórica ocorre não apenas no texto ou nas fontes, mas em toda ação humana do passado capaz de ser reconstruída dos documentos e das fontes orais. Nesse sentido, os restos de expressão das ações humanas no passado, contidos nas fontes recebem interpretações compreensíveis a partir de tradições, representações de valor, significações e de perspectivas de futuro.

A compreensão histórica sempre terá então presente a experiência atual de vida do historiador e, portanto, de uma pré-compreensão como ponto de partida. Entretanto, para que as ações do passado não estejam submetidas somente ao presente, é preciso lançar mão de uma série de regras e operações, com as quais o contexto das ações e suas relações possam ser reconstruídos e objetivados e assim possam ter um mínimo de universalidade, mesmo que precária (DOSSE, 1996, p. 9-30; DOSSE, 2001, p. 71-100) e, diga-se de passagem, ela será sempre precária.

Essas regras e operações possibilitam corrigir e, ao mesmo tempo, ampliar o horizonte de compreensão original dos intérpretes e separar deste compreender, aquilo que foi atribuído posteriormente pelo historiador sobre as intenções da práxis humana no passado. Requer-se assim uma interpretação crítica, tal como propõem as ciências humanas para que se chegue ao sentido mais próximo possível da veracidade e não nos chegue mascarado ou deformado por ideologias (GADAMER, 1998, p. 19).

Entretanto, é ilusão buscar o conhecimento histórico a partir de um modelo objetivista. Isso ocorre basicamente por duas razões: a) a compreensão é entendida como um projeto lançado, ou seja, é o historiador que se lança para além do tempo, em uma espécie de busca do significado antecipado, b) por que vivenciamos o tempo histórico, no qual o passado nos interpela constantemente. Nas duas razões apontadas, o passado é, ao mesmo tempo, saber histórico e ser histórico.

Evidentemente, que a essa altura é importante entender o quadro complexo em formação, especialmente no sentido do pertencimento a uma tradição e ao estabelecimento do círculo hermenêutico, segundo Gadamer, cuja discussão vem de Schleiermacher. Trata-se aqui de compreender o valor intrínseco dos argumentos de um autor, cujo texto pertence, em primeiro lugar, ao conjunto de obras e, em segundo, ao gênero historiográfico de onde provém. Sua compreen-

são só acontecerá se entendermos o texto no momento de criação, inserido na totalidade experimentada pelo seu autor.

Portanto, o objetivo daquele que interpreta é se fazer mediador entre o texto e a totalidade nela implícita e, nesse sentido, a hermenêutica procura restituir e restabelecer o acordo (FRUCHON, 1998, p. 19).

Não seria exagero afirmar aqui que a própria busca desse acordo é a produtividade do processo histórico, pois estamos lidando com a possibilidade da distância temporal quando nos remetemos ao passado (recuo no tempo). Esse remeter ao passado implica na produtividade de novas temporalidades a partir de um presente indefinido. O acordo é facilmente rompido, pois recuamos no tempo com preconceitos. Esses preconceitos são vistos aqui não como particulares, mas como diretrizes da compreensão (SOUZA SANTOS, 1989).[23] Novamente, para que a significação do passado não seja perspectivada cegamente pelos preconceitos, é preciso uma crítica hermenêutica.

A tarefa crítica da hermenêutica deve distinguir os preconceitos que cegam, dos preconceitos que esclarecem. Obviamente, o objetivismo reducionista não teria mais nada a dizer frente esse impasse. Seria, portanto, necessário ir a radicalidade dos pontos em questão.

A crítica hermenêutica deve denunciar o preconceito, surpreendendo-o de sua possível validade. A reflexão de denúncias dos preconceitos é formada pela interrogação provocativa. O resultado disso é o retorno renovado com uma tradição que se encontra na origem deles, podendo esse encontro ser a constatação da alteridade. Nesse sentido, toda possibilidade de compreensão começa com algo que nos provoca. Estabelece-se então uma situação dialógica de mediação entre o presente e passado. Evidentemente, a crise dos fundamentos da história como disciplina com plausibilidade levou a discussão para campos polarizados.

De um lado, estão aqueles que se mantêm definidos por uma reconstituição estrutural do passado. Do outro lado, encontramo-nos de frente com aqueles que encerram o debate no nível da racionalidade universal, deslocando-se para a reconstituição das representações do passado. Essa bifurcação do debate caracteriza-se, por vezes, pela estigmatização e em uma luta entre o bem e o mal. Nesse caso, ambos

[23] Em nível das preocupações metodológicas ver CORCUFF (2001).

os lados fazem carecem e fecham-se para as possibilidades de diálogo, apesar de fazerem parte da mesma moeda.

A relação dialógica é a maneira pela qual se revela a consciência da produtividade histórica na compreensão hermenêutica. Sem dúvida, o aparecimento da consciência histórica é talvez o aspecto mais importante da constituição da história como disciplina moderna. A consciência histórica, além de ser o parâmetro de compreensão fundamental da historicidade do passado, é também a possibilidade do reconhecimento intelectual contemporâneo *do poder suportar* e do *ter que suportar* o mundo nas suas mais diferenciadas significações.

A consciência histórica, com esse qualitativo, mostra-nos que estar no mundo ainda não é o parâmetro da chave e muito menos da fechadura, de que a partir da história teríamos o conhecimento suficientemente infalível e ideal para a revolução dos modos de ser, das sensibilidades e, sobretudo, das sociabilidades.

História e representação

A rigor, todas as sociedades produzem suas representações, com as quais reconstituem do passado, imagens, eventos, fatos, cronologias como aquilo que deveriam ser preservados para as futuras gerações. Evidenciamos nos itens anteriores que a história não cumpre apenas uma função cognitiva de construção dos conhecimentos. A história, através da perspectiva pragmática, também adquire socialmente formas de identificação coletiva, de explicação das origens e de legitimação da hierarquia estabelecida.

Com esse aspecto não estamos negando a legitimidade da história como disciplina, mas afirmando que ela ultrapassa o nível do relato e daquilo que representa em termos de conteúdos explicitados (FERRO, 1981; LE GOFF, 1984, p. 423-483). Mas, por outra instância, o conhecimento produzido constitui um *capital simbólico* (BOURDIEU, 1989; CERTEAU, 1999; SARTORI, 2001) da sociedade que a produz, vinculado a um determinado tempo, espaço e movimento.

A representação, enquanto objeto da história, tem sua existência em abordagens e posicionamentos plurais. Essa compreensão permite pensar a história como uma forma de representação que seleciona elementos do passado, objetivando-os sob formas discursivas

e simbólicas, que, por vezes, passa a ser compreendido como forma legítima de conhecimento da realidade social.

Por outro lado, esse conhecimento passa a ser um lugar antropológico-existencial a partir do qual se estabelecem relações com o mundo e com os outros, projetando-se sonhos e utopias.

Nesse sentido, o campo de atuação historiográfica insere-se na constituição das representações memorativas que, fundadas na concretude do real, na organização e na estrutura social, são percebidas como espaços de manifestação de lutas sociais e do poder. As memórias historiográficas, então, podem ser tomadas como produtoras de representação capazes, pela sua recorrência, de levar a fazer ver e a fazer crer, reforçando os laços identitários e legitimando práticas de exclusão e/ou de inclusão (BOURDIEU, 1989; CERTEAU, 1999).

Nessa perspectiva é possível lançar mão de uma série de noções e conceitos relativos ao campo da memória. Le Goff (1990) discute a problemática dos usos da memória coletiva na luta das forças sociais pelo poder, apontando, dessa forma, para os usos que se fazem da memória.

Hobsbawm (1984) indicar que a invenção de tradições utiliza a história como a legitimadora das ações de determinados grupos e como fundamento de coesão social. Halbwachs (1999) destaca a importância da memória, a qual considera a partir de seus suportes sociais, das formas como ela é socialmente construída e como se estabelecem os vínculos entre aqueles e o lugar social de quem os produz. O autor formula a noção de pertencimento a um grupo social com o mecanismo por meio do qual os indivíduos são capazes de adquirir, localizar e evocar as suas memórias.[24]

Já Fentress (1994) trabalha sob a perspectiva de que a memória é história e é simultaneamente em uma força da história; um meio de unificação e legitimação, mas também um fator de divisão e falsificação. Connerton analisa os rituais performáticos da transmissão de memórias com atos de transferência que tornam possível recordar em conjunto, como mecanismos constitutivos da perpetuação de lembranças por uma dada sociedade, entre os quais situa as cerimônias comemorativas (CONNERTON, 1999).

[24] Um dos fundamentos deste debate está na raiz do conceito de cultura, ver: CUCHE (1999).

Pierre Nora trabalha com a noção de lugares da memória, a qual permite inferir que o conhecimento histórico é ainda memória, porque sacraliza, comemora e celebra. Tal noção remete à questão da identidade coletiva que se expressa por um sentimento de referência grupal que define os grupos, na busca de reconhecimento e no movimento de resgate de signos de pertencimento local.[25]

É claro ao descrever, registrar e narrar acontecimentos considerados dignos de memorização, situando-os quanto ao tempo, atos e sujeitos, constitui-se em uma cronologia referencial e atingindo-se a fronteira onde a memória se torna história (LE GOFF, 1987. p. 18). É exatamente com essa qualificação que trabalha o historiador das memórias historiográficas, dando-lhe uma dimensão de representações em textos históricos.

Limites e possibilidades do conhecimento histórico

Em tese, a tentativa de compreensão dos dilemas e noutra instância os limites e possibilidades da cultura historiográfica contemporânea situa-se em um conjunto de aspectos que podemos reunir em dois níveis diferentes, mas interligados.

O primeiro nível é o da situação da história como disciplina com plausibilidade científica. Argumentávamos anteriormente que a produção do conhecimento histórico se deslocou das ciências físico-biológicas. Esta separação gerou para a história um clima de crise dos seus critérios racionais e científicos e, como conseqüência, instaurou na comunidade científica uma espécie de insegurança teórico-metodológica. Próprio dessa insegurança teórica é o fantasma da intransparência na operacionalização de conceitos, de categorias e teorias através da pesquisa e na possibilidade de releitura das fontes. Também nesse primeiro nível temos conjugado uma valorização cada vez maior do tempo presente no condicionamento dos interesses pelo conhecimento histórico. O presentismo assume a função predominante sobre o passado, ou melhor, sobre a construção dos sistemas de referência que por sua vez permitem dar sentido ao passado.

Esta mudança nas perspectivas orientadoras sobre o passado

[25] D' ÁLESSIO (1992/1993). Uma discussão recente está em KELLNER (2001) e em MATHEWS (2002).

resulta na passagem do paradigma analítico, totalizante, iluminista e científico para as tendências fortemente influenciadas pela hermenêutica. Nesse caso, a pesquisa se volta para a *descrição densa* de fragmentos, do micro e das experiências cotidianas. Tal processo poder-se-ia denominar por *antropologização da história.* Esse processo é passível de compreensão à medida que no paradigma analítico, a história é percebida como coerção e a questão de fundo gira sobre a capacidade explicativa de sistemas complexos e estruturais, sejam eles econômicos ou burocráticos. Enquanto nas tendências hermenêuticas, a história é percebida como resistência aos processos de modernização e a questão de fundo gira sobre a capacidade de compreensão de especificidades, de ações e de liberdades, inseridas em tradições culturais.

É nesse momento que a história perde dois dos seus pilares mestres de sustentação: o tempo linear e a concepção do progresso cumulativo. Agora, tornou-se mais importante do que dizer *o quê* mudou, mas entender *o por quê* da mudança. O *o quê* mudou, a análise de crítica historiográfica de obras em questão já deram conta. O por quê da mudança vincula-se ao forte teor presentista das experiências reconstruídas do passado e ainda merecem atenção. Porém, destacamos um conjunto de quatro aspectos sintomáticos agregados ao presentismo:

1) a falência dos paradigmas tradicionais da história que se assentavam quase exclusivamente na concepção de progresso e na linearidade do tempo;
2) os paradigmas tradicionais pressupunham as revoluções otimistas crescentes. Em outras palavras, tais concepções tinham embutidas orientações de redenção das sociedades e da humanidade, arrancando-a da servidão do passado. O sentido teleológico dessas teorias, a sua não realização e, sobretudo, o avanço descomunal do vetor instrumental causou uma profunda experiência de frustração em relação ao futuro. Na medida em que o futuro frustra, o presente e o passado passam a ser o núcleo de atenção. O vetor retrospectivo da razão iluminista torna-se o aval de retorno idealizado ao passado. Em casos radicais, esse aspecto pode significar a fuga do presente/futuro frustrado para o passado de forma ideal e mesmo romântica;
3) metodologicamente, os conceitos estruturais – pela ênfase atu-

al ao fragmento – não conseguem mais captar as microrelações do cotidiano íntimo das pessoas. Podemos afirmar que está havendo, portanto, a regraduação da rede metodológica para poder capturar os 'gestos significativos' do passado na reconstituição das histórias de vida. Aqueles e aquilo que fora higienizado pelos modelos analíticos da razão iluminista são agora catapultados como sombras para o centro do palco. O pessimismo em relação ao futuro é sombreado ainda mais por aquilo que poderíamos chamar de formas de resistência. O ideal no futuro passa ao passado como posição cultural ante ao avanço dos processos de modernização, instituídos a partir do iluminismo;

4) tematicamente podemos observar certo pessimismo em relação ao papel social do historiador. Ou seja, já não se percebe mais uma teoria subjacente da mudança social na produção do conhecimento histórico. Percebe-se, isto sim, um retorno às temáticas micro perspectivadas como formas de resistência que, por vezes, estão traduzidas em cortes quase libertários e anárquicos de indivíduos ou grupos frente à história estrutural e modernizadora.

Essas temáticas, genericamente, estão presentes em três vínculos: a micro perspectiva dos temas de interesse, o cotidiano íntimo e a relação público x privado. Esses três vínculos, por sua vez, podem ser cruzados com aspectos antropológicos - a questão de gênero, por exemplo -, aspectos institucionais – presídios, fábricas, etc -, ou ainda com aspectos culturais – religiosidades heterodoxas, as fraquezas humanas, as representações simbólicas etc. Evidente está que é ainda mais fácil perceber tais temáticas e seus cruzamentos nas tendências da nova história, mas elas também aparecem correlatas ao marxismo, na tradição Max Weber e, diga-se de passagem, muito bem institucionalizadas nos programas de pós-graduação.

O segundo nível para a compreensão dos dilemas está relacionado com o fato de que essa situação descrita gera três variáveis novas: ao nível da história, ao nível do social e ao nível do historiador. Vejamos como estas variáveis se apresentam:

1) ao nível da história temos uma profunda mudança nos pontos de referência e de apoio da história como disciplina. Até meados dos anos de 1970 tínhamos o debate canalizado sobre a dependência, da autonomia estrutural e cultural. Predominava ainda uma visão rural-urbana da história sob a perspectiva da história da sociedade brasileira. Nesse debate estavam agregados fortes características de visão otimista e coletiva de história, perpassada pelo critério do progresso material e político da modernização. A mudança consolida-se nos anos 1980 com as novas tendências perpassadas, desta vez, pela visão cultural, pelo antropológico e individual. Rompe-se a relação rural-urbana entrando em ênfase a visão social urbana na perspectiva da crítica à modernização e, metodologicamente, nas posturas da história social e transdisciplinar. Aliás, o cotejamento interdisciplinar da modernidade cede lugar ao multi e ao pluri quando são rompidas as fronteiras de identidade das diversas disciplinas sociais. Parece-nos através da análise dos temas propostos, que neste processo de mudança houve um descuido dos historiadores com as questões filosóficas da história, as quais fundamentam as próprias orientações teóricas.
2) Ao nível social, o conhecimento produzido por essa nova historiografia acentua a crise e a falta de perspectivas em relação aos projetos magnos do século XIX. Na tônica do quando o futuro frustra, o passado reconforta, a historiografia, centrada no individual, no regional, no étnico etc, possui um potencial que possibilita o ressurgimento de novos mitos, tais como: os mitos étnicos mesclados com relações econômicas nos separatismos; os mitos geográficos com os novos espaços econômicos do consumo; os mitos temporais com a determinação de épocas; os mitos políticos com a idéia da nação cultural e os biográficos com o novo individualismo.

Ainda ao nível social podemos perceber uma aproximação entre a história e a literatura, tematizada a partir de experiências cotidianas. As janelas do cotidiano são lastreadas em função da fuga do público ao privado, o fechamento do indivíduo em si e os temas religiosos místicos em um evi-

dente interesse pela filosofia da vida em oposição ao primado de generalizações e das leis sociais. Adianta-se, desta forma, a precariedade do universal e da racionalidade instrumental. A multiplicidade representa um obstáculo para as teorias uniformizantes e, dessa forma, a unificação de especificidades culturais passa a ser problemática, pois o conteúdo teórico da individualidade está circunscrito pelas esferas da experiência social dotada de coerência e identidade, situadas nos limites das esferas institucionais, rituais e simbólicas.

3) Ao nível do historiador, a história e o social em crise, na produção do conhecimento e, principalmente, nas funções didáticas desse conhecimento se apresenta com três características básicas: (a) o conhecimento histórico produzido e sua intermediação didática conseguem apenas alcançar uma postura crítica conformista da sociedade, pois, (b) o simples retorno ao indivíduo e ao sujeito e seu fechamento em si quebra qualquer possibilidade de crítica estrutural, por exemplo, dos processos de dominação e exploração; (c) academicamente, o conhecimento historiográfico, pela perda da teoria subjacente de mudança social, tornar-se-ia um discurso do politicamente correto.

Referências Bibliográficas

BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BODEI, R. *A história tem um sentido?* Bauru: EdUSC, 2001.

BOURDIEU, P. BOURDIEU, P. *Campo intelectual e projeto criador*. Problemas do estruturalismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

_____. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro, 1989.

_____. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: EdUSP, 1996a.

_____. *Razões práticas*: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996b.

BURKE, P. *A Escola dos Annales (1929 – 1989)*. São Paulo: EdUNESP,

1991.

CARDOSO, C. F.; M., J. (Orgs.). *Representações.* Contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000.

CASSIRER, E. *Linguagem e mito*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1999.

CHAUVEAU, A.; TÉTARD, Ph. (Org.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EdUSC, 1999.

CONNERTON, P. *Como as sociedades recordam*. Portugal: 1999.

CORCUFF, P. *As novas sociologias*: construções da realidade social. Bauru: EdUSC, 2001.

CUCHE, D. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EdUSC, 1999.

D' ÁLESSIO, M. M. Memória: leitura de M. Halbwachs e P. Nora. *Revista Brasileira de História,* São Paulo, n. 25-26, set. 92 /ago.93.

DANTO, A. C. *Analytical philosophy of history*. Cambridge, 1965(tradução parcial espanhola *Historia y narración.* Barcelona/ Buenos Aires/ México: Ediciones Paidós, 1989).

_____. *Historia e narración*. Barcelona/ Buenos Aires/ México: Ediciones Paidós, 1989.

DE DECCA, E. S.; LEMAIRE, R. (Orgs.). *Pelas margens*. Outros caminhos da história e da literatura. Campinas, Porto Alegre: Ed. da UNICAMP, Ed. da Universidade-UFRGS, 2000.

DIEHL, A. A. (Org.*). Visões da história do planalto rio-grandense (1980-1995*). Passo Fundo: EdiUPF editora, 2001a.

_____. *A cultura histórica brasileira*. Porto Alegre: EdPUCRS, 1993.

_____. *A cultura historiográfica brasileira* (década de 1930 aos anos 1970). Passo Fundo: EdiUPF, 1999.

_____. A cultura historiográfica e inserção hermenêutica. Narrativa e controle da tragicidade na história. *História: debates e tendências,* Passo Fundo: Mestrado em História/CPH/RS, v. 02, n. 1, p. 33-52, 2001b.

_____. *A cultura historiográfica brasileira nos anos 1980*. Passo Fundo: EdiUPF, 2004.

_____. *Cultura historiográfica:* memória, identidade e representação. Bauru: EdUSC, 2002.

_____. *Vinho velho em pipa nova*: o pós-moderno e o fim da história. Passo Fundo: EdiUPF, 1997.

_____; TEDESCO, J. C. *Epistemologias das ciências sociais*. Considerações introdutórias de um debate. Passo Fundo: Clio Livros, 2001.

_____. *Com o passado na cadeira de balanço*. Passo Fundo: EdiUPF, 2006.

DILTHEY, W. Aufbau der Geschichtlichen Welt in den Geisteswissenchaften. (Gesammelte Schriften. Stuttgart: 1958).

DOSSE, F. *A História*. Bauru: EdUSC, 2003.

ECO, U. *A busca da língua perfeita*. Bauru: EdUSC, 2001.

FERRO, M. *As falsificações da história.* 1981.

FERRY, L. *Homo Aestheticus*: a invenção do gosto na era da democracia. São Paulo: Ensaios, 1994.

FRENTESS, J.; WICKHAN, C. *Memória social.* Lisboa: Teorena, 1994.

GADAMER, H. G. Problemas epistemológicos das ciências humanas. In: FRUCHON, P. (Org.). *O problerma da consciência histórica*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva.* São Paulo: Vértice, 1990.

HOBSBAWM, E. J.; RANGER, T. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

HUTCHEON, L. *Poética do pós-modernismo*: história, teoria, ficção. Rio de Janeiro: Imago ed., 1991.

KELLNER, D. *A cultura da mídia*. Bauru: EdUSC, 2001.

KOSELLECK, R. *Vergangene Zukunft*. Frankfurt: Suhrkamp, 1989.

KUHUN, T. *A estrutura das revoluções científicas.* São Paulo: Perspectiva, 1987.

KUPER, A. *Cultura*: a visão dos antropólogos. Bauru: EdUSC, 2002.

LE GOFF, J. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

_____. Memória. *Enciclopédis Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da moeda, 1984. p. 423-483.

_____. *História e memória*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.

LECHTE, J. *50 pensadores contemporâneos essenciais*. Do estruturalismo à pós-modernidade. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

LÖWY, M. *Romantismo e messianismo.*São Paulo: Perspectiva, EdUSP, 1990.

MATHEWS, G. *Cultura global e identidade individual*. Bauru: EdUSC, 2002.

MOSER, W. Spätzeit. In: MIRANDA, W. M. (Org.). *Narrativas da modernidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 1999, p. 33-54.

NISBET, R. *História da idéia de progresso.* Brasília: EdUnB, 1985.

REIS, J. C. *História & Teoria*. Historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RÜSEN, J. *Razão histórica*. Brasília: EdUnB, 2001.

SARTORI, G. *Homo videns*: televisão e pós-pensamento. Bauru: EdUSC, 2001.

SCHNITMAN, D. F. (Org.). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade.* Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

SEMPRINI, A. *Multiculturalismo.* Bauru: EdUSC, 1999.

SOUZA SANTOS, B. de. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

STIERLE, K. *Text als handlung*. Perspecktiven einer systematischen Literaturwissenschaft. Munique: 1975.

TOURAINE, A. Modernity and Cultural Specificities. *International Social Sciense Journal,* 40, p. 43-457, 1989.

VERNANT, J.-P.; VIDAL-NAQUET, P. *Mito e trágedia na Grécia Antiga*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

VICO, G. *A ciência nova*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

WARNIER, J.-P. *A mundialização da cultura*. Bauru: EdUSC, 2000.

WHITE, M. *Foundation of historical knowledge*. New York: 1965.

Artigo recebido em agosto de 2007 e aceito para publicação em dezembro 2007.